



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006524-55.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto **Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença-Prêmio**  
 Requerente: **Rud do Carmo Urban**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei  
 nº 9.099/95.

**Fundamento e decido.**

O presente feito comporta julgamento no estado em  
 que se encontra, uma vez que não há necessidade da produção de provas em audiência.

No mérito, a ação é procedente.

O direito à licença-prêmio está disposto no art. 209, da  
 Lei n.º 10.261/68, e visa, por natureza, ao descanso do funcionário que se tenha mostrado  
 assíduo, durante o tempo de efetiva prestação de serviço fixado pela lei.

Por outro lado, a inatividade do autor inviabilizou-o de  
 usufruir o benefício da licença prêmio, bem como da Dispensa Recompensa cujo direito  
 restara incorporado ao seu patrimônio pessoal (fls. 174/175). Portanto, não há como  
 afastar o pagamento dos valores correspondentes.

Realmente, se a licença-prêmio e a dispensa



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

recompensa não foram usufruídas pelo servidor, significa dizer que ele trabalhou durante o período em relação ao qual adquirira o direito ao descanso, resultando daí o direito de ser indenizado.

Do contrário, ocorreria evidente enriquecimento sem causa da Administração em prejuízo do servidor, o que não é autorizado pelo dispositivo constitucional (art. 37, *caput*). Em hipótese semelhante, decidiu o E. Tribunal de Justiça:

*"O prazo para a fruição da licença-prêmio não é dirigido ao servidor, mas à própria administração, que deve diligenciar para que ocorra a fruição do benefício no prazo estipulado em lei. Por outro lado, a lei não impõe nenhum tipo de sanção para a não observância do prazo nela estipulado, tampouco a de caducidade do direito".*

E continua o v. acórdão: *"Portanto, como a lei não determina, de forma expressa, a caducidade do direito, a falta de fruição no prazo que estabelece constitui simples irregularidade, sem outras consequências que não de âmbito disciplinar, somente para os agentes públicos que se omitiram em fazer cumprir o mandamento legal. Desse modo, subsiste o direito do autor à licença-prêmio, ainda que decorrido o prazo legal de fruição. Quanto à indenização pela falta de fruição do benefício enquanto o servidor ainda esta em atividade, a despeito das restrições legais invocadas pela Fazenda do Estado, cumpre considerar que cabe à própria Administração diligenciar para que os seus servidores gozem férias e licença-prêmio, mesmo que eles não tomem a iniciativa de requerê-lo. Cabe à Administração, de acordo com as conveniências do serviço público, organizar escalas dos períodos em que cada qual gozará desses benefícios legais. O Estado deve indenizar o autor para não experimentar enriquecimento sem causa a detrimento do servidor, de cujos serviços se beneficiou ao invés de proporcionar-lhe períodos de descanso a que fazia jus, sem prejuízo da remuneração e das demais vantagens inerentes ao cargo ou função. A falta de requerimento do servidor não constitui causa jurídica ou legal de perecimento do direito".* (TJSP, Apelação n.º 0022769-37.2010.8.26.0071, 12.ª Câmara de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Público, Rel. Des. Edson Ferreira, j. 05.09.2012).

O E. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do  
 RESP nº 693728-RS, julg. 08.03.2005, Rel. LAURITA VAZ, assentou:

*“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO  
 ESTADUAL. LICENÇAS PRÊMIOS NÃO GOZADAS. CONVERSÃO EM PECÚNIA.  
 PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO QUE VEDA O  
 ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL  
 OBJETIVA DO ESTADO. (...) 2. A conversão em pecúnia das licenças-prêmios não  
 gozadas em face do interesse público, tampouco contadas em dobro para fins de  
 contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, avanços ou adicionais,  
 independe de previsão legal expressa, sendo certo que tal entendimento está fundado na  
 Responsabilidade Objetiva do Estado, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição  
 Federal, e no Princípio que veda o enriquecimento ilícito da Administração. Precedentes  
 desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. 3. Recurso parcialmente conhecido e, nessa  
 parte, provido.”*

E o documento de fls. 174/175 comprova que o autor  
 tem direito ao pagamento de 90 (noventa) dias referentes à licença-prêmio não usufruída e  
 03 dias referente a dispensa recompensa, somado à ausência de comprovante de  
 pagamento de tais verbas nos autos, esta prova é suficiente para o acolhimento do pedido.

Uma vez devido o pagamento da licença-prêmio,  
 conforme a pretensão aduzida na petição inicial, observar-se-á o contido na Súmula 136  
 do STJ ao dispor que: *O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do  
 serviço não está sujeito ao imposto de renda.* Mesmo entendimento será aplicado a  
 benesse da dispensa recompensa. Ainda, para o cálculo da indenização será considerado o  
 último salário auferido pelo autor, ainda na ativa, corrigindo-se, monetariamente, a partir  
 de então.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Posto isto e tudo mais que dos autos consta, julgo **PROCEDENTE** a presente ação para **CONDENAR** a ré ao pagamento em pecúnia, em favor do autor, de 90 (noventa) dias de licenças-prêmio não usufruídas, bem como 03 três dias de Dispensa Recompensa, com base no valor dos vencimentos do autor na data de sua exoneração, , com atualização monetária desde esta data até efetivo pagamento, mais juros de mora legais desde a citação, de acordo com o disposto no artigo 1º-F da lei 9.494/97 com a redação dada pela Lei 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Sem condenação em custas e honorários nesta fase judicial, conforme artigo 55 da Lei 9.099/95.

Sentença não sujeita a reexame necessário (art. 11 da Lei 12.153/2009).

P.I.C.

Araraquara, 13 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**